



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO - SEPLAN
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000007/2026

PROCESSO COMPRAS.AC Nº 00008/2026
MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2026
PREGÃO ELETRÔNICO

| | |
|--|---|
| | CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE MOTORISTAS PROFISSIONAIS, QUE CELEBRAM ENTRE SI O ESTADO DO ACRE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO — SEPLAN, E A EMPRESA XXXXX. |
|--|---|

A **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO – SEPLAN**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.034.518/0001-05, com sede na Avenida Getúlio Vargas nº 232, 4º andar, Palácio das Secretarias, Bairro Centro, Rio Branco-Acre, CEP 69.900-060, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do seu secretário, Senhor **Ricardo Brandão dos Santos**, domiciliado nesta capital, nomeado por meio do Decreto Estadual nº 07 - P, de 1º de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.443, de 02 de janeiro de 2023, e de outro lado a **[DIGITE AQUI O NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [digite aqui o CNPJ], estabelecida à [digite aqui o endereço completo da empresa], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor(a) [digite aqui o nome], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da Carteira de Identidade nº [digite aqui o número com a Unidade da Federação] e do CPF nº [digite aqui o número], resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela [Lei Federal nº 14.133, 01 de abril de 2021](#), pelo Decreto Estadual 11.363/23, Decreto Estadual nº 4.735/2016 pelas demais legislações correlatas e pelo Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº [digite aqui o número e ano do Pregão Eletrônico], sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço terceirizado e continuado de apoio operacional, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva de motoristas profissionais para condução de veículos oficiais, transporte de servidores, materiais e pequenas cargas, visando garantir o funcionamento contínuo das atividades administrativas e operacionais, a serem executados no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | CBO (B) | QUANTIDADE DE POSTOS | UNIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL MENSAL | VALOR TOTAL ANUAL |
|------|---------------------------------|---------|----------------------|---------|----------------|--------------------|-------------------|
| 1 | Motorista de Automóveis Oficial | 7823-05 | 6 | postos | | | |

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

- 2.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto deste Contrato, o valor global de R\$ XXXXXXXXXXXX.
- 2.2. Quaisquer tributos, encargos, custos ou despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta da CONTRATADA ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o serviço ser executado sem ônus adicional à CONTRATANTE.
- 2.3. Caso haja equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, a CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do Pregão, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 2.4. Os preços constantes da proposta anexa a este Contrato são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 2.5. A CONTRATADA é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários na planilha de custos e formação de preços. Portanto, em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
- 2.5.1. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- 2.5.2. Cotação de percentual maior que o adequado: para atender as orientações dos Acórdãos TCU nº 3.037/2009-Plenário, nº 1.696/2010-2ª Câmara, nº 1.442/2010-2ª Câmara e nº 387/2010-2ª Câmara, acórdão do TCU nº 2622/2013-Plenário, o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa/dedução, quando do pagamento ou da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - LOCAL E HORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. Os serviços serão prestados nas dependências da Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN, situada no 3º e 4º piso do Palácio das Secretarias - Av. Getúlio Vargas, 232 - Centro, Rio Branco - AC, CEP: 69900-060.
- 3.2. O horário para execução dos serviços coincidirá com o horário de funcionamento da SEPLAN. A jornada semanal dos profissionais alocados deverá perfazer 44 (quarenta e quatro) horas semanais.
- 3.3. O horário poderá ser alterado, a critério da Administração, por necessidade do serviço, mediante comunicação e alinhamento prévios com a CONTRATADA. Não se admitirá prorrogação extraordinária diária como regra. Em caráter excepcional, para atender necessidade extraordinária da CONTRATANTE, previamente justificada e autorizada, e ajustada formalmente com a CONTRATADA, poderá haver execução fora do horário ordinário; nessa hipótese, a CONTRATADA deverá promover a compensação mediante banco de horas e/ou folgas, conforme regramento trabalhista e instrumentos coletivos aplicáveis, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. 10 (dez) dias a contar do recebimento da Ordem de Serviço Emitida pela CONTRATANTE.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1. A despesa com a execução dos serviços de que trata o objeto correrá à conta de créditos orçamentários consignados à CONTRATANTE, para o exercício de 2026, sob a seguinte classificação:
- 5.2. Programa de Trabalho: 2194.0000 - 1162.0000
- 5.3. Elemento de Despesa: 33.90.37.000 - 33.90.93.00.00
- 5.4. Fonte: 1500.0100 - 27030200
- 5.5. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento desta finalidade, a ser consignada à CONTRATANTE pela Lei Orçamentária Anual.

6. CLÁUSULA SEXTA- DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

- 6.1. Integram este Contrato, independentemente de transcrição, o Edital e seus anexos, especialmente o Termo de Referência, a Análise de Riscos, a Proposta apresentada pela CONTRATADA, a Planilha de Custos e Formação de Preços aprovada pela Administração e os demais documentos que instruem o procedimento licitatório.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

- 7.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. A critério da CONTRATANTE e com a anuência da CONTRATADA, este Contrato pode ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante Termo Aditivo, respeitada a vigência máxima decenal, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração das condições e dos preços contratados, na forma estabelecida na [Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 7.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece a [Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 7.4. A prorrogação somente poderá ocorrer desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:
- 7.4.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 7.4.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 7.4.3. O valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- 7.4.4. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 7.5. Quando da prorrogação contratual, a CONTRATANTE:
- 7.5.1. Realizará negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação;
- 7.5.2. A pelo menos 60 (sessenta) dias do término da vigência deste Contrato, a CONTRATANTE expedirá comunicado à CONTRATADA para que esta manifeste, dentro de 03 (três) dias, contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato;
- 7.5.3. Se positiva a resposta da CONTRATADA, a CONTRATANTE providenciará, no devido tempo, o respectivo Termo Aditivo;
- 7.5.4. Esta resposta terá caráter irrevogável e, portanto, a CONTRATADA dela não poderá, após expressa manifestação neste sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão;
- 7.5.5. Eventual desistência da CONTRATADA após expressa manifestação de interesse na prorrogação contratual ensejará pela CONTRATANTE a devida aplicação de penalidade, nos termos deste Contrato;
- 7.5.6. caso a CONTRATADA manifeste, num primeiro momento, por não ter interesse em prorrogar o Contrato e posteriormente venha a se retratar, demonstrando vontade de prorrogá-lo, fica a critério da CONTRATANTE, como faculdade e prerrogativa, proceder à prorrogação ou dar curso a novo processo de licitação.
- 7.6. A CONTRATANTE não prorrogará o Contrato quando a CONTRATADA estiver impedida de licitar e contratar ou declarada inidônea, enquanto perdurarem os efeitos da sanção, ou quando não mantiver as condições de habilitação e regularidade exigidas no Edital, no Termo de Referência e neste Contrato.
- 7.7. A prorrogação do Contrato, quando demonstrada a vantajosidade para a CONTRATANTE, deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da consultoria jurídica.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 8.1. A CONTRATADA deverá apresentar antes da assinatura do contrato a garantia no valor de 5% do valor total do contrato, nos termos do disposto no Art. 96 da Lei 14.133/2021, ficando a critério da contratada as opções da modalidade de garantia:
- 8.1.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- 8.1.2. Seguro-garantia;
- 8.1.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- 8.1.4. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. [\(Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023\)](#).
- 8.2. A garantia prestada pela Empresa contratada deverá ter validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual e somente será liberada, ou restituída, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, depois de expirado o prazo de vigência do Contrato, mediante a certificação pelo gestor de que os serviços foram realizados a contento.

- 8.3. Quando a garantia for apresentada em dinheiro, ela será atualizada monetariamente, conforme os critérios estabelecidos pela instituição bancária em que for realizado o depósito.
- 8.4. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, ou reduzido em termos reais por desvalorização da moeda de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a Empresa contratada se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data em que for notificada pela Administração contratante.
- 8.5. Caso seja apresentada a modalidade seguro-garantia, o seguro deverá ser reconhecido e cadastrado junto ao SUSEP; caso seja apresentada a modalidade fiança bancária, a entidade deve ser reconhecida e cadastrada no Banco Central-BACEN.
- 8.6. A garantia assegurará o pagamento das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza não honradas pela contratada.
- 8.6.1. Terá validade até três meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 8.6.2. Somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação, e que caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas e previdenciárias diretamente pela Administração, conforme estabelecido no inciso XII deste artigo;
- 8.6.3. O atraso no recolhimento da garantia superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Caso ocorra prorrogação do contrato, o mesmo percentual de garantia exigido deverá ser renovado.
- 8.8. Aditado o Contrato, prorrogado o prazo de sua vigência ou alterado o seu valor, ou reduzido o valor da garantia em razão de aplicação de qualquer penalidade, a Empresa contratada fica obrigado a apresentar garantia complementar ou a substituí-la, no mesmo percentual e modalidades constantes deste item.
- 8.9. Em caso de prorrogação do prazo contratual, a garantia será liberada após a apresentação da nova garantia e da assinatura de termo aditivo ao Contrato.

9. CLÁUSULA NONA – DA DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

- 9.1. O horário para execução dos serviços coincidirá com o horário de funcionamento da SEPLAN, não havendo execução ordinária aos sábados. A jornada semanal dos profissionais alocados deverá perfazer 44 (quarenta e quatro) horas semanais.
- 9.2. O horário poderá ser alterado, a critério da Administração, por necessidade do serviço, mediante comunicação e alinhamento prévios com a CONTRATADA. Não se admitirá prorrogação extraordinária diária como regra. Em caráter excepcional, para atender necessidade extraordinária da CONTRATANTE, previamente justificada e autorizada, e ajustada formalmente com a CONTRATADA, poderá haver execução fora do horário ordinário; nessa hipótese, a CONTRATADA deverá promover a compensação mediante banco de horas e/ou folgas, conforme regramento trabalhista e instrumentos coletivos aplicáveis, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.
- 9.3. Os profissionais alocados deverão atender à qualificação mínima exigida por perfil, conforme abaixo:
- 9.4. **REQUISITOS LEGAIS MÍNIMOS DOS MOTORISTAS**
- 9.4.1. **CNH válida e compatível com o veículo (Categoria B):** A CONTRATADA deverá disponibilizar motoristas portadores de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida, no mínimo na categoria “B”, compatível com a condução de veículos de passeio utilizados pela Administração, devendo a CNH estar regular (não suspensa/cassada).
- 9.4.2. **Exercício de atividade remunerada – anotação na CNH:** Considerando que a condução do veículo ocorrerá no desempenho de atividade remunerada, o motorista deverá possuir na CNH a informação/observação correspondente ao exercício de atividade remunerada, conforme disciplina do CTB e regulamentação do CONTRAN.
- 9.4.3. **Aptidão em saúde ocupacional (obrigação do empregador/contratada):** Como exigência legal trabalhista aplicável a qualquer empregado, a CONTRATADA deverá manter seus motoristas aptos em exames ocupacionais previstos no PCMSO/NR-07, com emissão do respectivo ASO (Atestado de Saúde Ocupacional), antes do início das atividades e nos prazos legais (admissional e periódicos, entre outros, conforme o caso).
- 9.4.4. **DAS ATRIBUIÇÕES:**
- 9.4.4.1. Dirigir veículos oficiais para transporte de passageiros autorizados e cargas em rodovias, municipais e federais, dentro e fora do Estado do Acre;
- 9.4.4.2. Além de conduzir o veículo, o motorista deve manter o veículo em perfeitas condições de funcionamento, acompanhar o abastecimento de combustível, água e lubrificantes e comunicar aos responsáveis pelas frotas dos veículos qualquer anomalia no funcionamento do mesmo;
- 9.4.4.3. Comunicar ocorrências de fatos e avarias relacionadas com o veículo sob sua responsabilidade;
- 9.4.4.4. No ato da condução, o motorista deve se atentar aos limites de velocidade e respeitar o código de trânsito brasileiro, seguindo as sinalizações e legislação pertinente;
- 9.4.4.5. Prestar o serviço no veículo disponibilizado;
- 9.4.4.6. Conduzir o veículo com perícia, prudência, zelo e com observância aos princípios de direção defensiva;
- 9.4.4.7. Demonstrar perícia, conhecimento e obediência às regras de trânsito, bem como aquelas contidas no Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/97);
- 9.4.4.8. Respeitar a legislação de trânsito;
- 9.4.4.9. Estar sempre atualizado com as leis e normas de trânsito;

- 9.4.4.10. Cumprir as rotas estabelecidas;
- 9.4.4.11. Preencher os relatórios de verificação diária do equipamento, anotando as necessidades de manutenção corretiva;
- 9.4.4.12. Registrar dados preestabelecidos sobre a utilização diária do veículo;
- 9.4.4.13. Verificar, diariamente, as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização;
- 9.4.4.14. Tratar os passageiros com educação, cordialidade, urbanidade e respeito;
- 9.4.4.15. Ser pontual no atendimento às solicitações de saída para executar as tarefas que lhe forem atribuídas;
- 9.4.4.16. Não prestar informações sobre endereço, hábitos e costumes dos passageiros transportados;
- 9.4.4.17. Não ingerir bebidas alcoólicas, em hipótese alguma, quando em serviço;
- 9.4.4.18. Utilizar e solicitar aos passageiros o uso do cinto de segurança;
- 9.4.4.19. Não fumar ao conduzir os veículos;
- 9.4.4.20. Nunca parar os veículos por solicitação de estranhos;
- 9.4.4.21. Não atender e nem falar ao celular ao conduzir os veículos;
- 9.4.4.22. Cumprir demais solicitações compatíveis com suas atividades.
- 9.4.4.23. Executar outras atividades compatíveis com a função.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM DESLOCAMENTO (DIÁRIAS)

- 10.1. A empresa contratada fará jus ao ressarcimento das despesas com pagamento de diárias aos trabalhadores alocados, sempre que houver deslocamento a serviço, da localidade de sua lotação funcional para outro ponto situado dentro ou fora do Estado do Acre.
- 10.2. A Administração contratante deverá comunicar à empresa contratada, por escrito e com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, sobre a necessidade de deslocamento, indicando:
- 10.3. Nome do(s) trabalhador(es);
- 10.4. Local de Destino;
- 10.5. Período estimado de afastamento;
- 10.6. Finalidade do serviço.
- 10.7. Os valores das Diárias foram fixados conforme quadro abaixo:

| CUSTO ESTIMADO COM DIÁRIAS | | | | | |
|----------------------------------|-------------------|--------------------------------------|--------------------|-----------------------------|---------------|
| ITEM | CARGO | DESCRIÇÃO | Qtd Anual Estimada | Valor Mensal Estimado (R\$) | |
| | | | | Unitário | Total |
| 2 | MOTORISTA OFICIAL | DIÁRIAS PREVISTAS - Dentro do Estado | 155 | R\$ 200,00 | R\$ 31.000,00 |
| 3 | MOTORISTA OFICIAL | DIÁRIAS PREVISTAS - fora do Estado | 30 | R\$ 300,00 | R\$ 9.000,00 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO COM DIÁRIAS | | | | R\$40.000,00 | |

- 10.8. A contratada deverá comprovar o repasse integral do valor da diária ao trabalhador, mediante apresentação de recibo assinado.
- 10.9. Ademais, destaca-se que os valores unitários das diárias adotados na estimativa de custos foram fixados com base na Lei Estadual nº 2.245/2009 e no Decreto Estadual nº 11.762/2025, normas que disciplinam o pagamento de diárias a trabalhadores terceirizados no âmbito da Administração Pública do Estado do Acre.
- 10.10. As diárias, mesmo que habituais, não sofrerão incidência de encargos trabalhistas e previdenciários, conforme §2º do art. 457 da CLT.
- 10.11. A CONTRATADA pagará diárias de viagem aos seus empregados que prestarem serviços à SEPLAN, fora do local de domicílio, por dia de deslocamento, para fazer face às despesas de alimentação e estadia, nas seguintes condições:
- 10.11.1. As diárias serão concedidas por dia de afastamento do município-sede de lotação funcional do empregado terceirizado, destinando-se a indenizá-lo das despesas com pousada, alimentação e locomoção.
- 10.11.2. As diárias serão contadas a partir do dia de saída, incluindo-se no cálculo o dia da chegada.
- 10.11.3. Considera-se dia de saída a data do início do deslocamento do empregado terceirizado do município-sede de sua lotação funcional para outro ponto situado dentro ou fora do território do Estado do Acre.
- 10.11.4. Considera-se dia de chegada a data do início do deslocamento do empregado terceirizado em retorno ao município-sede de sua lotação funcional.
- 10.11.5. No cálculo do item 10.11.2, o dia de chegada corresponderá a meia diária, salvo o disposto nos itens 10.11.6 e 10.11.7.
- 10.11.6. Os deslocamentos do município-sede de lotação funcional do servidor com partida e chegada em datas distintas e períodos de deslocamento inferior a vinte e quatro horas serão indenizados com uma diária inteira.
- 10.11.7. Quando o retorno do empregado terceirizado ao município-sede de sua lotação funcional iniciar-se em uma data e finalizar-se somente na data posterior, o dia da chegada corresponderá a uma diária inteira.
- 10.11.8. Em caso viagens programadas e informadas à CONTRATADA com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, o pagamento das diárias de viagem deverá ser efetuado ao empregado até o dia anterior ao do deslocamento;

- 10.11.9. Caso a CONTRATADA não seja informada no prazo descrito do item anterior, o pagamento das respectivas diárias de viagem deverá ocorrer em até 48h (quarenta e oito horas) após a comunicação de ocorrência de viagem efetuada pela fiscalização;
- 10.11.10. Caso a CONTRATADA não seja informada no prazo descrito na alínea anterior, o pagamento das respectivas diárias de viagem deverá ocorrer em até 48h (quarenta e oito horas) após a comunicação de ocorrência de viagem efetuada pela fiscalização;
- 10.11.11. Os valores pagos a título de diárias de viagem somente serão pagos pela CONTRATANTE à CONTRATADA, juntamente com a fatura mensal de prestação dos serviços, mediante relatório e comprovação dos valores efetivamente pagos, atestados pelo fiscal do contrato formalmente designado pela CONTRATANTE;
- 10.11.12. Sempre que houver deslocamento de empregado para atuação fora do município de seu domicílio, previamente autorizado pela Administração, a empresa contratada deverá antecipar os valores devidos a título de diárias, conforme os parâmetros definidos na tabela constante do item 10.7 deste contrato, cabendo posterior ressarcimento pela Administração, nos termos deste instrumento.
- 10.11.13. Farão jus às diárias os motoristas alocados na execução deste Contrato que forem formalmente designados para deslocamento a serviço da Administração, desde que a viagem seja previamente autorizada, comprovada e atestada pela fiscalização contratual, nos termos deste Contrato e do Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - IDENTIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

- 11.1. A empresa contratada deverá providenciar, sem ônus para os empregados, a confecção e o fornecimento de pelo menos 4 (quatro) fardas e um crachá de identificação para todos os profissionais alocados na execução dos serviços. Os crachás deverão estar em conformidade com os padrões estabelecidos no Manual de Identidade Visual do Governo do Estado do Acre. A utilização dos uniformes e crachás é obrigatória durante todo o período de prestação dos serviços, visando à adequada identificação e segurança nas dependências onde os serviços serão realizados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTINGENCIAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS – CONTA VINCULADA

- 12.1. As provisões realizadas pela CONTRATANTE para o pagamento dos encargos trabalhistas de que trata este contrato, em relação à mão de obra das empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva de mão de obra, serão destacadas do valor mensal do contrato e serão depositados pela Administração em conta vinculada, doravante, denominada conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, aberta em nome do prestador de serviço, em consonância com o Decreto nº 4.735 de 17/05/2016.
- 12.2. A movimentação da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação dependerá de autorização da CONTRATANTE e será feita exclusivamente para o pagamento das obrigações a seguir:
- 12.3. O montante dos depósitos da conta-depósito vinculada corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do somatório dos valores das seguintes provisões:
- 12.4. 13º (décimo terceiro) salário;
- 12.5. férias e um terço constitucional de férias;
- 12.6. multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- 12.7. encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
- 12.8. O órgão ou entidade contratante deverá firmar Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira, cuja minuta se constituirá anexo do Edital, o qual determinará os termos para a abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação e as condições de sua movimentação. (Item 1.2 anexo IV do decreto 4.735/2016).
- 12.9. O Termo de Cooperação Técnica poderá ser ajustado às peculiaridades dos serviços, objeto do Contrato Administrativo, e/ou aos procedimentos internos da Instituição Financeira.
- 12.10. A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o órgão ou entidade contratante e a empresa vencedora do certame será precedida dos seguintes atos:
- 12.11. Solicitação do órgão ou entidade contratante, mediante ofício, de abertura da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação.
- 12.12. Assinatura, pela empresa a ser contratada, no ato da regularização da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, de termo de autorização que permita ao órgão ou entidade contratante ter acesso aos saldos e aos extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados mediante autorização do órgão contratante.
- 12.13. O saldo da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*.
- 12.14. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas, retidos por meio da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa.
- 12.15. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos na legislação vigente ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 12.16. Para a liberação dos recursos em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato, a empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.
- 12.17. Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, o órgão ou entidade contratante expedirá a autorização para a movimentação dos recursos creditados em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação e a encaminhará à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 12.18. A autorização deverá especificar que a movimentação será exclusiva para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual

indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

12.19. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

12.20. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

12.21. Os valores provisionados serão discriminados conforme tabela a seguir:

RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS

| | | | |
|--|--|--|--|
| 13º (décimo terceiro) salário | 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) | | |
| Férias e 1/3 Constitucional | 12,10% (doze vírgula dez por cento) | | |
| Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado | 4,00% (quatro por cento) | | |
| Subtotal | 25,43% (vinte e cinco vírgula quarenta e três por cento) | | |
| Incidência do Submódulo 12.2.1 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º(décimo terceiro) salário* | 7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento) | 7,60% (sete vírgula seis por cento) | 7,82% (sete vírgula e dois por cento) |
| Total | 31,82% (trinta e um vírgula oitenta e dois por cento) | 32,03% (trinta e dois vírgula zero três por cento) | 32,25% (trinta e dois vírgula vinte e cinco por cento) |

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Recrutar, selecionar e encaminhar à CONTRATANTE, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a solicitação, os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com as categorias e qualificação mínima definidos neste contrato, com os benefícios (Auxílio Transporte e Auxílio Alimentação) pagos, conforme a legislação vigente e nos valores definidos sujeitos à aprovação da CONTRATANTE;

13.2. Indicar à SEPLAN, o nome de seu preposto e o substituto (para casos de férias e ausências do titular), que será o encarregado da empresa contratada e terá competência para manter entendimentos, receber comunicações e fiscalizar a execução dos serviços;

13.3. **A empresa contratada deverá apresentar documentação que comprove a qualificação dos profissionais designados para a execução dos serviços.**

13.4. No prazo de até 05 (cinco) dias da assinatura do contrato, cada parte designará por escrito, para gerir e controlar sua execução, os representantes devidamente habilitados a quem caberá a adoção das providências necessárias ao bom andamento dos serviços em cada Unidade;

13.5. Fornecer e manter atualizada junto à Fiscalização do Contrato relação nominal dos empregados e encarregados, indicando nome completo, função, números de identidade e CPF, endereço e telefone residenciais, número de celular, horário e local de trabalho, os Atestados de Saúde Ocupacional dos profissionais, comprovantes atualizados de fornecimento do Vale Transporte, assim como os comprovantes de quitação dos períodos de férias devidamente assinados pelos empregados;

13.6. Apresentar à Fiscalização do Contrato, sempre que solicitado, os diplomas, certificados, controles de frequência, atestados, comprovantes e carteiras profissionais, bem como quaisquer outros documentos que digam respeito a seus empregados ou que, de alguma forma, tenham relação com o objeto do contrato e/ou com a prestação dos serviços contratados;

13.7. **Manter seus empregados sempre atualizados, por meio da promoção de treinamentos e reciclagens, cursos de relações interpessoais e segurança no trabalho e participação em eventos de caráter técnico, de acordo com a necessidade dos serviços e sempre que a CONTRATANTE entender conveniente;**

13.8. Fornecer, no prazo de 15 dias corridos a contar da data de contratação dos empregados, crachás de identificação com fotografias recentes, com as características básicas discriminadas neste contrato, conforme a legislação vigente;

13.9. Manter os empregados devidamente identificados por crachá, quando for o caso, em perfeito estado durante toda a jornada diária de trabalho;

13.10. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

13.11. Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários de seu pessoal;

13.12. A CONTRATADA cumprirá a legislação trabalhista previdenciária e social, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salário no prazo da lei;

13.13. Será de responsabilidade da CONTRATADA, o pagamento de salário para todos os profissionais;

13.14. Observar os prazos legais e regulamentares na entrega dos vales transportes;

13.15. A CONTRATADA obriga-se a conceder aos empregados os benefícios de vale-alimentação e vale-transporte, quando devidos, observadas a legislação aplicável, a Convenção Coletiva de Trabalho, a opção formal do empregado, os dias efetivamente trabalhados e as condições previstas na Planilha de Custos e Formação de Preços, não sendo devido o pagamento ou ressarcimento de vale-transporte quando não houver deslocamento ou quando o empregado não fizer jus ao benefício;

13.16. Assumir inteiramente a responsabilidade por e arcar total e exclusivamente com todos os custos, despesas, encargos e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, conforme exigência legal, obrigando-se a saldá-los na época própria, visto que seus empregados não estabelecerão nenhuma espécie de vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

13.17. Assumir inteiramente a responsabilidade, por e arcar total e exclusivamente com todos os custos, despesas, encargos e obrigações resultantes de possível reclamação ou demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

- 13.18. Quando da rescisão de contrato de trabalho dos profissionais contratados referentes a este contrato, a CONTRATADA obriga-se a apresentar ao Órgão Fiscalizador do Contrato o Termo de Rescisão de contrato de trabalho devidamente homologado, quando o trabalhador tiver mais de um ano de prestação de serviço; Documento relativo à concessão de Aviso Prévio trabalhado ou indenizado; Recibo de entrega da Comunicação de Dispensa e do requerimento de Seguro Desemprego; Guia de recolhimento rescisório do FGTS e da Contribuição Social do trabalhador dispensado sem justa causa ou em caso de extinção do contrato por prazo indeterminado; Cópia do atestado de saúde ocupacional (ASO) comprovante da realização de exame médico demissional;
- 13.19. **À CONTRATADA é vedado expressamente permitir cumprimento de aviso prévio de funcionário nas dependências das unidades da CONTRATANTE, (exceto se autorizado pela contratante);**
- 13.20. Encaminhar mensalmente à Fiscalização do Contrato as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, bem como os comprovantes de pagamento dos salários e benefícios dos empregados e do devido recolhimento dos encargos sociais;
- 13.21. O pagamento dos salários dos empregados pela empresa contratada, deverá ocorrer via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração;
- 13.22. A CONTRATADA deverá comprovar mensalmente para a CONTRATANTE, a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND) e a Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), como também o recolhimento das contribuições sociais pertinentes aos empregados alocados ao serviço;
- 13.22.1. A comprovação de regularidade quanto à reserva legal de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz poderá ser exigida pela fiscalização contratual a qualquer tempo, especialmente por ocasião da assinatura do contrato, prorrogações, repactuações, pagamentos, auditorias ou sempre que houver indício de descumprimento das obrigações trabalhistas e sociais.
- 13.23. **Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;**
- 13.24. Assumir inteiramente a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho;
- 13.25. Assumir inteiramente a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, quando acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do representante indicado como preposto.
- 13.26. Fazer cumprir e assumir inteira responsabilidade pelo cumprimento, por parte de seus empregados e encarregados, de todas as normas e procedimentos internos e disciplinares da CONTRATANTE;
- 13.27. Providenciar a imediata substituição de qualquer empregado ou encarregado cuja conduta, atuação, permanência e/ou comportamento sejam qualificados ou entendidos como prejudiciais, inconvenientes, inadequados ou insatisfatórios à disciplina da CONTRATANTE ou ao interesse do serviço público, devendo a substituição ser efetivada imediatamente, sem prejuízo dos serviços;
- 13.28. Responder por quaisquer danos causados diretamente aos bens ou instalações da CONTRATANTE e de terceiros, quando tenham sido causados por seus empregados durante a execução dos serviços, e desde que fique comprovada sua responsabilidade;
- 13.29. Arcar com despesas decorrentes de qualquer falta ou infração praticada por seus empregados quando relacionados com a execução dos serviços ou quando nas dependências da CONTRATANTE;
- 13.30. Administrar todo e qualquer assunto relativo a seus empregados;
- 13.31. Comunicar por escrito à Fiscalização do Contrato, por meio do representante indicado como preposto, qualquer anormalidade ou irregularidade observada ao longo da execução do contrato e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;
- 13.32. A CONTRATADA deverá manter a continuidade dos serviços, providenciando a substituição dos motoristas alocados sempre que ocorrer ausência, falta, férias, licença, afastamento legal ou qualquer outra situação que comprometa a cobertura dos postos de trabalho, observadas as condições previstas neste Termo de Referência e na Planilha de Custos e Formação de Preços.
- 13.32.1. A substituição deverá ser realizada por profissional que atenda aos mesmos requisitos mínimos exigidos para o posto, especialmente quanto à habilitação, experiência, aptidão ocupacional, conduta profissional e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 13.32.2. Em caso de falta, ausência inesperada ou afastamento não programado, a CONTRATADA deverá adotar providências imediatas para reposição do posto, no prazo máximo de 2 horas, de modo a evitar a descontinuidade do serviço;
- 13.32.3. A ausência de substituição ensejará glosa proporcional, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso fique caracterizado descumprimento contratual.
- 13.33. Encaminhar à Fiscalização do Contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a relação dos empregados que fruirão férias no período subsequente, acompanhada da indicação dos respectivos substitutos, os quais deverão atender aos mesmos requisitos exigidos para o posto.
- 13.34. Registrar e controlar, diariamente e rigorosamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- 13.35. Observar o horário de trabalho estabelecido pela CONTRATANTE, em conformidade com as leis trabalhistas;
- 13.36. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Fiscalização do Contrato, atendendo prontamente às reclamações/solicitações formuladas e relatando toda e qualquer irregularidade observada;
- 13.37. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência sem a prévia autorização da CONTRATANTE;
- 13.38. Executar diretamente o objeto contratado, sendo vedada a subcontratação total ou parcial da disponibilização, alocação, gestão ou substituição dos motoristas vinculados aos postos de trabalho objeto deste Termo de Referência;
- 13.38.1. Não caracteriza subcontratação vedada a contratação, pela CONTRATADA, de serviços meramente instrumentais, acessórios ou internos à sua organização empresarial, tais como contabilidade, folha de pagamento, medicina e segurança do trabalho, treinamentos, exames

ocupacionais, seguros, sistemas de controle de ponto, emissão de crachás ou outros apoios administrativos, desde que tais contratações não impliquem transferência da execução do objeto nem afastem a responsabilidade integral da CONTRATADA perante a Administração.

13.39. É defeso à CONTRATADA alegar desconhecimento das condições de trabalho e quantitativos estimados. A CONTRATANTE não aceitará, em hipótese alguma, reclamações advindas de dificuldades técnicas e/ou quantitativos não previstos;

13.40. Manter, durante o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação e regularidade exigidas no edital.

13.41. A CONTRATADA obriga-se a fornecer à CONTRATANTE, relatório técnico, mensalmente, das atividades realizadas;

13.42. A CONTRATADA responsabiliza-se em manter o pessoal constante no presente termo de referência, de forma condizente com o serviço a executar, fornecendo-lhes o suficiente para se apresentarem dentro dos padrões de eficiência recomendáveis;

13.43. A CONTRATADA responsabilizar-se-á, pelo período de execução contratual, por todos os Prestadores de Serviços e tudo o mais necessário ao cumprimento das obrigações constantes do contrato;

13.44. O efetivo estimado poderá ser implementado no todo ou em parte, ao longo do Contrato decorrente, dependendo da necessidade da Secretaria;

13.45. A contratada deverá orientar e exigir de seus empregados alocados na execução do contrato o rigoroso cumprimento das normas previstas no Código de Ética e Conduta da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN, o qual está disponível para consulta no Diário Oficial Nº 13.943 de 14 de Janeiro de 2025, fls. 38 a 45.

13.46. Toda e qualquer dúvida deverá ser esclarecida previamente com a Fiscalização, antes da execução dos serviços em tela;

13.47. A CONTRATADA não poderá utilizar profissionais que já estejam vinculados a prestação de serviço na CONTRATANTE, para cobrir eventuais faltas ou mesmo cumprir qualquer outro tipo de escala.

13.48. **Apresentação formal do Preposto antes da 1ª OS**

13.48.1. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente e previamente à emissão e/ou execução da 1ª Ordem de Serviço (OS), promover a apresentação formal do preposto designado para o contrato, mediante entrega do "Checklist de Apresentação do Preposto" devidamente preenchido e assinado, contendo, no mínimo:

- Nome completo;
- CPF;
- função/cargo;
- assinatura do preposto e do representante legal da CONTRATADA (ou procurador, quando aplicável), além de meios de contato (telefone e e-mail) e, quando houver, identificação do preposto substituto.

13.48.2. A substituição do preposto titular ou do substituto somente produzirá efeitos após nova apresentação formal, com atualização do checklist. Na ausência da apresentação formal e do checklist, fica vedado o início da execução contratual, podendo a CONTRATANTE suspender a emissão/validade de OS até a regularização, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

Modelo de "Checklist de Apresentação do Preposto":

Contrato nº: / | Processo/SEI nº: _____

Preposto (titular): Nome: _____ CPF: _____ Função: _____

Contatos: Telefone: (____) _____ E-mail: _____

Preposto (substituto): Nome: _____ CPF: _____ Função: _____

Declaração: "Declaro estar ciente das atribuições de preposto e apto a manter entendimentos, receber comunicações e acompanhar a execução contratual."

Local/Data: _____, //

Assinatura do Preposto: _____

Assinatura do Representante Legal/Procurador: _____ (CPF: _____)

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Designar gestor para executar o acompanhamento e a fiscalização do contrato;

14.2. Pagar mensalmente à CONTRATADA, na forma estipulada neste Termo de referência.

14.3. Permitir, durante a vigência do contrato, o acesso dos representantes e/ou empregados da CONTRATADA às suas dependências, desde que devidamente identificados;

14.4. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, com o registro das ocorrências e deficiências relacionadas à execução do contrato, e comunicar formalmente à CONTRATADA os fatos que exijam medidas corretivas;

14.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA. Exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, podendo para isso:

14.6. Solicitar a imediata retirada do local e/ou a substituição de profissional da CONTRATADA que estiver sem crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização, ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

14.7. Examinar as carteiras de trabalho dos profissionais alocados nos postos de trabalho, para comprovar o registro de função profissional, valor do salário e o cumprimento das obrigações trabalhistas;

14.8. Solicitar a substituição de qualquer material ou equipamento cujo uso lhe seja prejudicial ou, ainda, que não atendam às necessidades dos serviços ou as especificações do Termo de Referência;

14.9. Solicitar à CONTRATADA que adote, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução contratual;

- 14.10. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- 14.11. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento;
- 14.12. Aplicar as sanções previstas neste instrumento, assegurando à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa;
- 14.13. Cientificar a CONTRATADA sobre as normas internas vigentes relativas à segurança (controle de acesso de pessoas e veículos) e a transporte;
- 14.14. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas durante a licitação.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato, devendo ser exercido pelo Gestor e pelo Agente Fiscalizador do Contrato, na forma da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 15.2. A gestão do presente Contrato será de responsabilidade da [digite aqui o nome da Unidade que será responsável].
- 15.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Agente Fiscalizador deverão ser solicitadas ao Gestor, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.
- 15.4. A comunicação entre a Gestão e/ou Fiscalização Contratual e a CONTRATADA será por meio escrito, sempre que se entender necessário o registro de ocorrência relacionada com a execução da contratação.
- 15.5. Ao Gestor e Agente Fiscalizador do Contrato designados pela CONTRATANTE caberá o ateste das faturas dos serviços prestados, desde que cumpridas as exigências estabelecidas no Contrato e no Edital de licitação e seus anexos.
- 15.6. O gestor e Agente Fiscalizador do Contrato podem sustar qualquer trabalho/entrega que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.
- 15.7. A não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 15.8. A análise da documentação fiscal, trabalhista e previdenciária caberá ao gestor ou ao fiscal do Contrato.
- 15.9. A fiscalização dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas será realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o Contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 15.10. Para a efetiva gestão e fiscalização contratual, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:
- 15.10.1. **no primeiro mês da prestação dos serviços, e sempre que houver admissão de novos empregados:**
- 15.10.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- 15.10.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e
- 15.10.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
- 15.10.2. **até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do Contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):**
- 15.10.2.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 15.10.2.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 15.10.2.3. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- 15.10.2.4. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- 15.10.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- 15.10.2.6. quando solicitado pela Administração, de quaisquer dos seguintes documentos:
- 15.10.2.7. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;
- 15.10.2.8. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;
- 15.10.2.9. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- 15.10.2.10. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- 15.10.2.11. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo Contrato;
- 15.10.2.12. quando da extinção ou rescisão do Contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no Contrato;
- 15.10.2.13. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 15.10.2.14. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

- 15.10.2.15. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- 15.10.2.16. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 15.11. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no subitem "d" do item anterior no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 15.12. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas exigidos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 15.13. Quando do encerramento do Contrato, até que a contratada comprove o pagamento das verbas rescisórias ou que os empregados tenham sido realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do Contrato de trabalho, a CONTRATANTE reterá a garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviço, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a CONTRATADA não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.
- 15.14. Caberá também ao Gestor ou Agente Fiscalizador do Contrato:
- 15.15. comunicar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil (RFB) qualquer irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias.
- 15.16. comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) qualquer irregularidade no recolhimento do FGTS dos trabalhadores terceirizados.
- 15.17. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 15.18. A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ANÁLISE DE RISCOS

- 16.1. A execução deste contrato observará os eventos, responsabilidades e consequências previstas na Análise de Riscos, que integra o presente contrato como **Anexo**, em conformidade com o art. 22, §3º, e o art. 103 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 16.2. A Análise de Riscos tem por finalidade identificar os principais riscos operacionais, jurídicos e de gestão relacionados à execução contratual, bem como indicar medidas preventivas e mitigadoras a serem observadas durante a gestão e fiscalização do contrato.
- 16.3. A ocorrência de eventos de risco deverá ser registrada pela fiscalização contratual, com adoção das providências cabíveis, inclusive medidas corretivas, glosas, sanções, alterações contratuais ou reequilíbrio econômico-financeiro, quando juridicamente cabíveis.
- 16.4. As medidas de tratamento de riscos não afastam a responsabilidade da CONTRATADA pela execução regular do objeto, pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e contratuais e pela manutenção das condições de habilitação.
- 16.5. As medidas de tratamento de riscos não afastam a responsabilidade da CONTRATADA pela execução regular do objeto, pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e contratuais e pela manutenção das condições de habilitação.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

- 17.1. O pagamento pelos serviços prestados será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da apresentação da nota fiscal, que deverá conter: endereço, CNPJ, dados bancários (banco, agência e conta corrente), número da nota de empenho e descrição clara do objeto, em moeda corrente nacional, conforme as condições da proposta aceita pela Administração. A nota fiscal deverá estar devidamente atestada por servidor responsável da CONTRATANTE e acompanhada dos seguintes documentos: planilha com os nomes dos empregados, RG, CPF, cargo/função e horário de trabalho; cópias dos contracheques discriminando remuneração e benefícios conforme a planilha de custos; comprovantes de pagamento dos salários via depósito bancário; registro de ponto; cópias da GFIP e da GPS; Certidão do SICAF ou, na sua ausência, certidões negativas de débitos Municipal, Estadual, Federal, do INSS, do FGTS e Trabalhista e documentos que justifiquem eventual isenção de retenções tributárias, quando aplicável.
- 17.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.
- 17.3. A (s) empresa (s) vencedora (s) do processo licitatório deverá (ão) efetuar (em) o cadastro de credor na Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Acre - SEFAZ, para fins de empenho/pagamento.
- 17.4. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:
- a) Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN
 - b) CNPJ nº 04.034.518/0001-05.
- 17.5. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal relativo aos serviços prestados, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.
- 17.6. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 17.7. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA por meio de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, número da agência e o número da conta em que será efetivado o crédito;
- 17.8. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$), onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

17.9. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Av. Getúlio Vargas, nº. 232 - Centro, Rio Branco - AC, 69900-150, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

17.10. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

17.11. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

17.12. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

17.13. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

17.14. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a fazer o desconto nas faturas e a realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos, sem prejuízo das sanções cabíveis e a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista neste contrato.

17.15. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o item anterior pela CONTRATANTE, esses valores retidos por precaução serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

17.16. Haverá o desconto na fatura a ser paga, do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados que expressamente optaram por não receber o benefício.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, observados, quanto aos limites de acréscimos e supressões, os parâmetros do art. 125 da mesma Lei.

18.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato quando houver acordo entre as partes contratantes.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

19.1. Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, desde que seja solicitada pela empresa contratada e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente.

19.2. Para os custos que envolvam da mão de obra (folha de salários) as repactuações somente poderão ser efetuadas com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência de Lei, e estiver vinculada às data-base desses Instrumentos.

19.3. As repactuações de preços das parcelas dos serviços que envolvam utensílios, materiais de consumo e insumos (exceto, para estes últimos, quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei, se houverem, serão realizadas mediante a aplicação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo IBGE, e estiver vinculado à data de apresentação da proposta.

19.4. As repactuações para fazer face à elevação dos custos do contrato, respeitada a anualidade e as regras de que tratam os itens anteriores, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito da empresa contratada, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

19.5. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos utensílios, materiais de consumo e insumos necessários à execução do serviço.

19.6. O interregno mínimo de 01 ano para a primeira repactuação será contado a partir:

a) Dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato, quando a variação dos custos inerentes à folha de salários estiver vinculada às data-base destes instrumentos;

b) Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor do preço público (tarifa);

c) Da data limite para apresentação da proposta constante do edital para os custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos utensílios, materiais de consumo e insumos necessários à execução do serviço, se houver.

19.7. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo a última repactuação.

19.8. As repactuações serão precedidas de solicitação da empresa contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação de nova Planilha de Custos e Formação de Preços, bem como de memória de cálculo, e ainda, do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for à variação de custos objeto da repactuação.

19.9. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

19.10. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

19.11. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a empresa contratada não cumprir as eventuais diligências com o objetivo de apresentar a documentação solicitada pela administração contratante para a comprovação da variação dos custos.

19.12. As repactuações serão formalizadas por meio de termo aditivo ao contrato, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

19.13. A administração contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela empresa contratada.

19.14. O prazo para a empresa contratada solicitar a repactuação preclui com a assinatura da prorrogação contratual subsequente à data do fato gerador que lhe deu ensejo ou com o encerramento do contrato, e nova solicitação somente poderá ser pleiteada com o surgimento de novo fato gerador. Se no ato da prorrogação contratual, houver dissídio/convenção coletiva pendente de decisão, deverá haver ressalva expressa no termo aditivo sob pena de preclusão do direito. A mesma sistemática se aplica caso a prorrogação contratual ocorra antes da divulgação do IPCA do período correspondente.

19.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

a) A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

b) Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

c) Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

19.16. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

19.17. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos com base no disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.18. **DOS CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS OU DE INCIDÊNCIA NÃO RECORRENTE**

19.18.1. Por ocasião de eventual prorrogação contratual, repactuação, revisão, renovação da planilha ou análise de manutenção da vantajosidade, a Administração deverá reavaliar as rubricas da Planilha de Custos e Formação de Preços que possuam natureza não renovável, eventual, estimativa ou de incidência não recorrente, a fim de evitar a manutenção de custos já amortizados, não incidentes, não comprovados ou incompatíveis com o período subsequente de execução contratual.

19.18.2. Para fins deste contrato, consideram-se custos não renováveis ou de incidência não recorrente aqueles que, embora possam integrar a composição inicial do preço, não devem ser automaticamente mantidos em períodos posteriores de vigência contratual sem demonstração da efetiva ocorrência do fato gerador, da permanência da obrigação ou da necessidade de sua manutenção na planilha.

19.18.3. A análise dos custos não renováveis deverá observar a natureza de cada rubrica, a memória de cálculo da proposta vencedora, os documentos comprobatórios apresentados pela contratada, a efetiva ocorrência dos eventos no período contratual anterior e as regras deste contrato, sem prejuízo da observância da legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convencional aplicável.

19.18.4. No Módulo 3 — Provisão para Rescisão, deverão ser objeto de reavaliação específica, por ocasião da primeira prorrogação e das prorrogações subsequentes, as rubricas relacionadas ao Aviso Prévio Trabalhado, especialmente:

19.18.4.1. Aviso Prévio Trabalhado;

19.18.4.2. Incidência de encargos sobre o Aviso Prévio Trabalhado;

19.18.4.3. Multa do FGTS incidente sobre o Aviso Prévio Trabalhado.

19.18.5. As rubricas indicadas no item anterior não deverão ser renovadas integralmente quando não houver comprovação de sua efetiva incidência no período contratual anterior, devendo ser excluídas, reduzidas ou ajustadas na nova planilha, conforme a metodologia adotada pela Administração e a documentação apresentada pela contratada.

19.18.6. O tratamento do Aviso Prévio Indenizado e de seus reflexos deverá ser analisado com cautela, não sendo recomendado o seu simples zeramento automático. A Administração poderá manter, reduzir ou ajustar a rubrica conforme a memória de cálculo, a metodologia adotada, o histórico de desligamentos, a efetiva ocorrência do custo e os documentos rescisórios apresentados pela contratada.

19.18.7. Caso a contratada alegue a ocorrência, total ou parcial, de custos rescisórios no período anterior, deverá apresentar documentação idônea que comprove a efetiva incidência da rubrica, tais como termo de rescisão contratual, aviso prévio trabalhado ou indenizado, comprovantes de pagamento, guias de recolhimento rescisório do FGTS, demonstrativos de encargos e demais documentos pertinentes.

19.18.8. Na ausência de comprovação suficiente, a Administração poderá promover a exclusão ou redução das rubricas não renováveis ou não incidentes, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e impedir pagamento em duplicidade ou manutenção indevida de custo já amortizado no período anterior.

19.18.9. O Módulo 4 — Custo de Reposição do Profissional Ausente — integra a composição de custos desta contratação, considerando que o modelo de execução adotado exige a substituição de motoristas ausentes, a fim de preservar a continuidade dos serviços de transporte oficial. Nas prorrogações, repactuações ou revisões da planilha, as rubricas do Módulo 4 deverão ser reavaliadas conforme a metodologia da

Planilha de Custos e Formação de Preços, a permanência da obrigação de substituição e a demonstração analítica da variação dos custos, não se admitindo pagamento em duplicidade ou manutenção de valores sem fundamento técnico.

19.18.10. As diárias previstas neste Contrato possuem natureza estimativa e indenizatória, não se caracterizando como custo fixo de renovação automática. Sua previsão anual não assegura à CONTRATADA o direito ao recebimento integral do valor estimado, sendo devido apenas o pagamento das diárias efetivamente autorizadas, comprovadas, executadas e atestadas pela fiscalização contratual.

19.18.11. O vale-transporte deverá ser reavaliado conforme a quantidade de empregados efetivamente beneficiários, a opção formal de recebimento, os dias efetivamente trabalhados, a tarifa vigente e os descontos legais cabíveis, não sendo devido o pagamento de valores relativos a empregados que não façam jus ao benefício no período de medição.

19.18.12. Não se consideram, em regra, custos não renováveis os salários, 13º salário, férias, adicional de férias, encargos sociais ordinários, benefícios mensais obrigatórios, tributos, custos indiretos e lucro, sem prejuízo da necessidade de demonstração analítica da variação dos custos, quando houver pedido de repactuação, revisão ou reequilíbrio.

19.18.13. A contratada deverá apresentar, juntamente com o pedido de repactuação ou prorrogação com atualização da planilha, quadro comparativo entre a planilha vigente e a planilha proposta, indicando expressamente as rubricas mantidas, alteradas, excluídas ou reduzidas, com a respectiva justificativa técnica e memória de cálculo.

19.18.14. A Administração poderá realizar diligências para verificar a efetiva ocorrência dos custos alegados, solicitar documentos complementares, promover ajustes nas rubricas não renováveis ou não incidentes e condicionar a aprovação da nova planilha à exclusão, redução ou adequação dos custos que não possuam fato gerador comprovado.

19.18.15. A manutenção indevida de rubricas não renováveis, eventuais ou não incidentes poderá ensejar glosa, revisão da planilha, compensação em medições futuras, apuração de valores pagos a maior e demais providências administrativas cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa quando necessário.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

20.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, além dos já estipulados no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo e assegurado o contraditório e a ampla defesa, as hipóteses abaixo:

20.2. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado.

20.3. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

20.3.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá desde que haja a notificação do contratado pela contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência da data que se pretende extinguir.

20.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por qualquer dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

20.4.1. Nesta hipótese, a extinção poderá ocorrer pelas formas elencadas no Artigo 138 da Lei 14.133/21.

20.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

20.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

20.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

20.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

20.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

20.5.3. Indenizações e multas, caso haja.

20.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.7. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS, poderá ensejar a extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

20.8. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

20.9. Quando da extinção, o fiscal do contrato deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

20.10. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

20.10.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei nº 14.133/2021); e

20.10.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

20.11. O contratante poderá ainda:

20.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei nº 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

20.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

20.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. As infrações e respectivas sanções administrativas aplicáveis à CONTRATADA serão fundamentadas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, contraditório e ampla defesa.

21.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da responsabilização civil, penal e administrativa da CONTRATADA, bem como da rescisão contratual.

21.3. Serão aplicadas as seguintes sanções, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, que poderão ser aplicadas cumulativamente, observada a legislação vigente, o contraditório e a ampla defesa:

21.4. ADVERTÊNCIA

21.4.1. A sanção de advertência será aplicada nos casos de infrações formais, pontuais e de menor gravidade, sem prejuízo direto à execução dos serviços contratados. Essas infrações violam normas contratuais e os padrões de conduta esperados, mas são passíveis de correção imediata e não configuram, por si só, má-fé ou dano à Administração. A aplicação da advertência será sempre motivada e por escrito, observando-se os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, e deverá considerar o alinhamento com os valores previstos no Código de Ética da SEPLAN, publicado no Diário Oficial Nº 13.943 de 14 de Janeiro de 2025, fls. 38 a 45, tais como legalidade, urbanidade, assiduidade, responsabilidade, zelo, respeito ao cidadão e uso adequado de bens públicos.

21.4.2. As hipóteses de aplicação, são as descritas abaixo de forma exemplificativa mas não exaustivas:

21.4.2.1. Ausência de crachá ou uniforme por parte de empregado em posto de serviço;

21.4.2.2. Atraso pontual na entrega de relatórios mensais exigidos pela fiscalização;

21.4.2.3. Falta de comunicação prévia sobre substituição eventual de empregado;

21.4.2.4. Uso do celular durante o expediente para fins pessoais, ainda que breves, contrariando o art. 33 do Código de Ética, que veda o uso de redes sociais e dispositivos eletrônicos para finalidades diversas das funções desempenhadas.

21.4.2.5. Não atualização cadastral da empresa (e-mail, telefone, endereço);

21.4.2.6. Descumprimento isolado de orientação escrita da fiscalização.

21.4.2.7. Postura desatenta ou linguagem inadequada no atendimento ao público interno ou externo, sem reincidência, em desacordo com os princípios de cortesia, respeito e urbanidade (art. 8º, VIII e art. 16).

21.4.2.8. Manifestações pessoais indevidas durante o expediente, como opiniões político-partidárias ou religiosas, em desrespeito à neutralidade exigida pelo art. 4º, IV e art. 10, III.

21.4.2.9. Uso não autorizado de equipamentos públicos para finalidades pessoais ou alheias ao serviço, violando o art. 31, que estabelece o uso exclusivo de bens públicos para fins institucionais.

21.5. MULTA

21.6. A aplicação de multas à CONTRATADA tem por finalidade coibir o descumprimento contratual, preservar a integridade do serviço público e assegurar o respeito às obrigações assumidas. Trata-se de medida sancionatória de natureza pecuniária, prevista expressamente na Lei Federal nº 14.133/2021, art. 156, inciso II, que pode ser aplicada isolada ou cumulativamente com outras sanções, respeitando os princípios do devido processo legal, da proporcionalidade, da razoabilidade e da ampla defesa. A multa busca, portanto, desestimular práticas de negligência, inércia ou descumprimento contratual, reforçando o papel da contratada como parceira responsável da Administração Pública.

21.7. As hipóteses de aplicação, valores e limites estão a seguir especificados:

21.8. MULTA POR ATRASO INJUSTIFICADO NO INÍCIO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

21.8.1. **Configuração:** A CONTRATADA incorre em mora quando, mesmo regularmente convocada, deixa de iniciar a prestação dos serviços no prazo e nas condições estabelecidas, inclusive por recusar ou ignorar ordens de serviço emitidas pela Administração.

21.8.2. **Valor:** 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor total do contrato **por dia de atraso**, limitada a **10 dias corridos** (total de até 5%).

21.8.3. Após o prazo de 10 dias corridos do final do prazo para início da execução dos serviços, estará configurado inexecução TOTAL ou PARCIAL do contrato, nesse caso será afastada a sanção estabelecida no item 21.8 e cobrar-se-á a sanção estabelecida no item 21.10.

21.9. MULTA POR ATRASO NA APRESENTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

21.9.1. **Configuração:** Constitui inadimplemento o descumprimento do prazo contratual para apresentação da garantia exigida, como apresentação de garantia fora do prazo previsto no edital; Garantia apresentada com valor inferior ao exigido; Garantia em modalidade não aceita pela Administração; ou falta de renovação de apólice quando aplicável.

21.9.2. **Valor:** 1% (um por cento) do valor total do contrato **por dia de atraso**, limitada a **10% (dez por cento)**.

21.9.3. O atraso no recolhimento da garantia superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

21.10. MULTA POR INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO

21.10.1. **Configuração:** Aplica-se nos casos em que há **descumprimento relevante de cláusulas contratuais** com ou sem a interrupção total do serviço, tais como: Falta de pagamento de salários, encargos ou benefícios aos empregados; Substituição dos trabalhadores por pessoal sem qualificação mínima;

21.10.2. A inexecução total ou parcial do contrato também estará configurada nos casos em que a empresa incorrer em atraso superior a 10 (dez) dias do prazo estabelecido pela administração para início da execução dos serviços.

21.10.3. Essa infração é considerada grave e poderá ensejar a **rescisão contratual**, além de responsabilizações cível e trabalhista.

21.10.4. **Valor:** 15% (quinze por cento) sobre o **valor global do contrato**.

21.11. **MULTA POR DESISTÊNCIA IMOTIVADA APÓS MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NA PRORROGAÇÃO**

21.11.1. **Configuração:** A CONTRATADA, após declarar formalmente interesse na prorrogação contratual, **desiste sem apresentar justificativa fundamentada e aceita pela Administração**, gerando impactos à continuidade do serviço público.

21.11.2. **Valor:** 10% (dez por cento) sobre o **valor global do contrato**.

21.12. O valor correspondente à multa aplicada será, preferencialmente, compensado por ocasião do pagamento devido pela Administração. Na impossibilidade dessa compensação, o valor deverá ser recolhido por meio de Documento de Arrecadação Estadual - DAE, ou, alternativamente, descontado da garantia contratual prestada. Persistindo a inadimplência, e após regular tramitação do devido processo legal, inclusive com a notificação da contratada para exercício do contraditório e da ampla defesa, o processo deverá ser encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado para adoção das medidas judiciais cabíveis, inclusive a inscrição do débito em dívida ativa, nos termos da legislação vigente.

21.13. As penalidades somente poderão ser relevadas nos casos para os quais a CONTRATADA não tenha, de qualquer forma, concorrido ou dado causa, devidamente comprovados por escrito e aceitos pelo CONTRATANTE.

21.14. **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**

21.14.1. O **impedimento de licitar e contratar** será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.15. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

21.15.1. A **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.16. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de atos ilícitos alcançados pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.17. **DA NOTIFICAÇÃO PARA APURAÇÃO E APLICAÇÃO DE SANÇÕES**

21.17.1. A instauração de procedimento administrativo destinado à apuração de infrações administrativas praticadas no âmbito da licitação, da contratação e da execução contratual, bem como as notificações, intimações, solicitações de manifestação, apresentação de defesa e demais atos relacionados à eventual aplicação de sanções administrativas, serão encaminhadas à licitante, adjudicatária ou contratada por meio do endereço eletrônico cadastrado no SICAF, o qual será considerado, para todos os fins, como canal oficial de comunicação com a Administração.

21.17.2. Incumbe exclusivamente à licitante, adjudicatária ou contratada manter atualizado o endereço eletrônico constante do SICAF, não cabendo alegação de desconhecimento, ausência de ciência ou nulidade da comunicação quando comprovado o envio da notificação pela Administração ao e-mail ali cadastrado, sem prejuízo da utilização de outros meios admitidos em lei, quando necessário.

21.17.3. Para fins de ciência formal, considerar-se-á realizada a notificação no primeiro dia útil subsequente ao envio da mensagem eletrônica, iniciando-se a contagem do prazo legal, editalício ou contratual correspondente no primeiro dia útil seguinte ao da ciência presumida, assegurados, em qualquer hipótese, o contraditório e a ampla defesa. A regra aplica-se, inclusive, às apurações relacionadas a atos praticados durante a fase licitatória, tais como os previstos no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como àqueles verificados na fase de contratação e na execução do ajuste.

22. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

22.1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas na Lei Federal nº 14.133/2021.

22.2. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da CONTRATANTE, serão formalmente motivados, assegurados, à CONTRATADA, na segunda hipótese, o contraditório e a ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da CONTRATANTE para que, caso queira, a CONTRATADA apresente sua defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de não acolhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação da decisão rescisória.

22.3. Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

22.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

22.3.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

22.3.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

22.3.4. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

22.4. Quando da rescisão contratual, a fiscalização do Contrato verificará o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do Contrato

de trabalho.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO SIGILO

23.1. À CONTRATADA é vedado revelar qualquer informação confidencial relativa aos serviços, contrato, negócios ou operações do CONTRATANTE, salvo com o consentimento prévio e expresso dele.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

24.1. O presente Contrato fundamenta-se:

24.1.1. na Lei Federal nº 14.133/2021;

24.1.2. na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

24.1.3. no Decreto Estadual nº 11.363/2023;

24.1.4. na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações;

24.1.5. na IN nº 05/2017 e suas alterações;

24.1.6. na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, no que couber;

24.1.7. Convenção Coletiva 2025/2026 do SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO ACRE - SEAC/AC.

24.1.8. Termo Aditivo a Convenção Coletiva 2026/2026 do SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO ACRE - SEAC/AC

24.1.9. demais normativos legais atinentes ao tema.

24.2. O presente Contrato vincula-se aos termos:

24.2.1. do Edital do Pregão Eletrônico nº [digite aqui o número e ano do Pregão Eletrônico] e seus anexos;

24.2.2. da proposta homologada da CONTRATADA.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS À RESERVA LEGAL DE CARGOS

25.1. A CONTRATADA se obriga a cumprir integralmente, durante toda a execução contratual, as obrigações legais relativas à reserva de cargos destinados a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, quando aplicáveis ao seu quadro funcional, em conformidade com o art. 92, XVII, da Lei nº 14.133/2021, art. 93 da Lei nº 8.213/1991, arts. 429 a 431 da CLT e demais normas regulamentares pertinentes, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato e na legislação aplicável.

25.2. A obrigação prevista no item anterior refere-se ao cumprimento da reserva legal pela empresa contratada em seu quadro funcional, não implicando obrigação automática de alocação de aprendiz nos postos de trabalho objeto deste Contrato, salvo se houver compatibilidade legal, técnica e operacional com as atividades contratadas.

25.3. Para fins de composição da Planilha de Custos e Formação de Preços, a rubrica relativa à cota de jovem aprendiz observará a metodologia definida no Termo de Referência, sendo considerada para o cargo de Motorista de Automóveis Oficial, sem prejuízo da obrigação geral da CONTRATADA de cumprir as cotas legais aplicáveis ao seu quadro funcional.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA- DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

26.1. A Contratada, caracterizada como "Operador de Dados" (pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador), conforme inciso VII do artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), deverá se submeter integralmente às recomendações desta Lei, e às orientações e supervisão do Contratante, denominada neste contexto como "Controlador de Dados."

26.2. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

26.3. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

26.4. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o Contratante e a Contratada, e entre esta e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

26.5. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Contratante, para a execução do serviço objeto deste contrato, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da Contratada, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

26.6. A Contratada declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Contratante.

26.7. A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

26.8. A comunicação não exime a Contratada das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

26.9. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA ANTICORRUPÇÃO

- 27.1. Em conformidade com a **Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)**, a presente contratação observará integralmente as normas de integridade, ética e prevenção à fraude e à corrupção no âmbito da Administração Pública.
- 27.2. A empresa que vier a ser contratada deverá adotar conduta compatível com os princípios constitucionais da Administração Pública e comprometer-se a:
- 27.2.1. Não oferecer, prometer, autorizar ou conceder, direta ou indiretamente, vantagem indevida de qualquer natureza a agente público ou a terceiros a ele relacionados;
- 27.2.2. Comunicar ao órgão contratante quaisquer situações de conflito de interesses ou suspeitas de irregularidades verificadas durante a execução contratual;
- 27.2.3. Cumprir as disposições previstas na Lei nº 12.846/2013, sujeitando-se às sanções aplicáveis em caso de infração;
- 27.2.4. Manter procedimentos e controles internos que previnam, detectem e combatam desvios de conduta, fraude e corrupção relacionados ao contrato;
- 27.2.5. Cooperar com a fiscalização e controle exercidos pelos órgãos competentes.
- 27.3. O descumprimento destas disposições ensejará a adoção das medidas administrativas e legais cabíveis, inclusive a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023.
- 27.4. A CONTRATADA se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da Controladoria-Geral do Estado, assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:
- 27.4.1. **E-mail:** ouvidoria.seplan@ac.gov.br
- 27.4.2. **Plataforma de ouvidoria:** <http://falabr.cgu.gov.br/>
- 27.4.3. **Site:** www.seplan.ac.gov.br
- 27.4.4. **Presencial:** Térreo do Palácio das Secretarias.
- 27.4.5. **Endereço:** Sede da Secretaria de Estado de Planejamento, situada na Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 4º andar - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060.

28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

- 28.1. A publicação do extrato do presente Contrato deverá ser providenciada no Diário Oficial do Estado do Acre, na forma da legislação aplicável, e a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP será condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, observados os prazos previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Termo de Referência.

29. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DO FORO

- 29.1. Fica eleito o foro da comarca de Rio Branco - Acre para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 29.2. E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.
- 29.3.
- 29.4.

Ricardo Brandão dos Santos
Secretário de Estado de Planejamento
CONTRATANTE

XXXXXXXXXX
CONTRATADA





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador
CPD46950 8883DA8B 50F9FCF1 94D23A7B e código CRC: F9A275

